

POLÍTICAS DE LAZER

Mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte¹

Nelson Carvalho Marcellino

Lazer: necessidade e manifestação humana

A necessidade do lazer, ou melhor, dos valores do lazer, sempre esteve presente na vida do ser humano. Varia de significado de acordo com os momentos históricos. Desde o advento do modo de produção atual, o lazer se apresenta com significados próprios. O que verificamos não é o surgimento de uma nova dimensão, mas a exacerbação de duas correntes antagônicas: uma que enxerga o lazer cada vez mais como mercadoria, como mero entretenimento a ser consumido, ajudando a suportar, a conviver com uma sociedade injusta e de insatisfação crescente; outra que o vê como gerado historicamente na nossa sociedade e que dela emerge, podendo na sua vivência gerar também, no plano cultural, valores questionadores da própria ordem estabelecida.

Os fatores que influenciam a exacerbação dessas tendências são de um lado o crescimento das possibilidades de consumo de bens e serviços e de outro a organização da sociedade civil (terceiro setor) e do poder público (com o surgimento de administrações populares e progressistas), que passam a ver a necessidade de assegurar o direito constitucional ao lazer e suas possibilidades de atuação no plano cultural.

Está na própria constituição: na Constituição de 1988, e isso é um grande avanço, o lazer consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais. O termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV – O Poder Público incentivará o lazer *como forma de promoção social* (grifo a expressão por considerá-la carregada de vícios assistencialistas e considerar que não dá

conta do direito à felicidade, que sempre precisa de justificativas baseadas em critérios de “utilidade”). Nota-se ainda a vinculação restritiva a um único conteúdo (esporte), diminuindo, assim, a abrangência do lazer.

Esses vícios assistencialistas têm, digamos, raízes históricas. Quando começaram, as “políticas embrionárias de lazer”, com esse nome, entre nós, vinham dos gabinetes das primeiras damas, ainda na época da Ditadura Militar, quase sempre de cunho assistencialista, e esse ranço permanece até os dias atuais, em menor ou maior grau.

Lazer e promoção social, lazer e violência, lazer e segurança, lazer e saúde, lazer e bem-estar, lazer e etc. A colocação da palavra ‘lazer’ junto a outras, ligadas pelo conectivo ‘e’, entre outras idéias, dá a de coisas diferenciadas e que agrupadas podem levar à superação de um estado considerado indesejável.

Primeiro, é preciso lembrar que, embora tendo suas especificidades, essas palavras não designam coisas à parte, separadas, que se bastam a si próprias. Pelo contrário, fazem parte de um todo social tecido com fibras umas das outras. Segundo, mas não menos importante, nos levam à consideração de que o lazer só é justificado, infelizmente, em nossa sociedade, se agregado a um outro conceito que sirva para amenizá-lo, suavizá-lo ou mesmo “resolvê-lo”.

Já se fala até em “ócio produtivo”, como se o ócio precisasse de adjetivos, inclusive para ser produtivo. E como se o adjetivo ‘produtivo’, pelo menos como é colocado nos últimos tempos, não tirasse a sua característica de ócio. Já começo discordando da idéia perversa de “ócio criativo”. Criativo para quem? Para a produção voltada para o lucro de quem o “concede”? Não é de estranhar o sucesso de idéias que pregam o “ócio criativo para a produção”, principalmente junto a parte de alguns setores do empresariado, numa sociedade de negócio, ou de negação do ócio, nas possibilidades de encontro das pessoas consigo mesmas, de contemplação e de opção pela atividade ou pela não-atividade, em seu tempo disponível?²

Chega de “Lazer e”. Vamos falar de lazer e pronto. A felicidade, o prazer, não precisam de justificativas. Bastam-se a si mesmos. A produtividade, o caráter educativo, não são justificativas para o investimento na área. São conseqüências. E não buscas “*a priori*”. Buscá-las “*a priori*” significa matar suas possibilidades.

O caráter parcial e restrito de como se vê a questão do lazer é um problema também muito grande. Nunca é demais lembrar que a palavra ‘cultura’, com o significado restrito de artes e espetáculos, abarca uma série de manifestações que estariam incluídas no rol do lazer. Confunde-se, mais uma vez, trabalho e lazer. Para o escultor sua atividade é trabalho, para quem

freqüenta uma mostra é lazer. E assim poderíamos falar do ator, do pintor etc., apenas para ficarmos nos terrenos da arte. Há uma produção cultural profissional, que é trabalho, e uma produção “amadora”, assistência à informação, que se caracterizam como lazer. Dessa forma, o público faz lazer sem saber que está fazendo, o profissional trabalha com lazer, muitas vezes não sabendo disso ou tendo vergonha de dizer etc. Vamos ficar apenas num exemplo: o cinema. É cultura, certo? Nunca vai deixar de sê-lo totalmente. Mas uma parte dele, a produção cultural, deveria estar atrelada a uma política cultural. O cinema mesmo, ir até o filme, acontece no lazer das pessoas e, portanto, deveria estar incluído dentro de uma política de lazer. Construção e localização de salas, programação etc. são elementos de políticas de lazer, uma vez que o trabalho cultural é a realização do filme. O diretor de um cineclubes é um animador sociocultural, um trabalhador da área do lazer.

Mas a questão da abrangência, como já tive ocasião de manifestar em outros escritos, é ainda mais grave. O próprio conceito de cultura é restrito, como já dissemos, quase sempre a artes e espetáculos. Artesanato, esporte, turismo etc. normalmente não são denominados cultura e efetivamente o são. E, por conseguinte, são lazer. Podemos dizer que todo lazer é cultura, embora nem toda cultura seja lazer. O trabalho do artista, do artesão, do atleta, está no terreno da produção cultural profissional, e portanto é classificado como trabalho, na nossa sociedade. Mas a difusão desse bem está na esfera do lazer das pessoas e deveria estar incluída como parte de uma Política de Lazer.

Isso contribui para a divulgação equivocada das atividades, nos meios de comunicação. Contribui também para o mau entendimento na pesquisa, na universidade e na formação do profissional em cursos médios e superiores – nos quais geralmente Educação Física e Turismo ditam as regras, áreas com certa vocação para o “tarefismo” com relação ao lazer e, de modo mais direto, no nosso caso, na denominação de órgãos públicos. Aí o lazer ora é serviço, ora departamento, ora setor, ora secretaria etc., dividindo espaço, ou melhor, sobrepondo espaço, o que é muito mais grave, ora com Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Recreação etc.

Esses, contudo, não são os únicos problemas. O entendimento de Políticas Públicas, entre nós, é bastante equivocado, de modo geral, e mais ainda quando se analisa a questão de políticas setoriais e, mais ainda, quando essa política setorial é de lazer. A tendência hegemônica é não a consideração setorial, mas o isolamento, puro e simples, não o entendendo na totalidade das relações sociais.

De um lado, temos os defensores da situação, que pregam a total não interferência do Estado, colocando o absurdo de políticas setoriais em área

que deve levar em conta, fundamentalmente, as atitudes individuais das pessoas, em âmbito tão íntimo, quanto às questões do lazer. E perguntam: como o Estado que já interfere tanto nas nossas vidas pode interferir também no tempo livre de nossas famílias? Talvez perguntas “ingênuas” como essa sejam um dos fatores para que os investimentos em “cultura” no nosso país estejam obedecendo às leis do mercado, mesmo quando se beneficiam das Leis de Incentivo, quase sempre restritas a grandes nomes, não permitindo o “aparecimento” de gente nova, com idéias novas. “Mecenas”, subsidiados pelo Estado, que acaba “lavando as mãos”³.

E se for só para ficar no cinema, nosso exemplo anterior, temos muito a percorrer. As últimas pesquisas dão conta de que, nos Estados Unidos, há um cinema para cada 5000 habitantes, com noventa por cento de filmes nacionais; na França, um para cada 30 mil, com trinta por cento de filmes nacionais; e, no Brasil, um para cada 120 mil habitantes, com sete por cento de filmes nacionais. Isso significa a nossa realidade, a nossa gente, a nossa terra, os nossos problemas, muito longe da “telona”.

Ora, o lazer não é um oásis a que todos têm acesso. Pelo contrário, conforme já tivemos ocasião de comentar em outros escritos (Marcellino, 2002), existem barreiras inter e intraclasses sociais formando um todo inibidor que dificulta o acesso ao lazer, não só quantitativa, mas sobretudo qualitativamente. Deixar o âmbito tão íntimo das pessoas falar, por si só, sem interferência de políticas públicas, corresponderia a deixar uma grande parcela da população calada no que se refere ao lazer, ou pelo menos não colocar em prática o seu desejo, a não ser que tivessem como pagar por isso, no cada vez mais rentável e sofisticado mercado do entretenimento.

Entretenimento. Deveria ser um dos componentes do lazer, ligado ao divertimento e compondo com o descanso e o desenvolvimento pessoal e social os três pilares de sustentação do lazer, tal como proposto por Dumazedier (s/d.). O que se percebe hoje é que ganhou vida própria, independente, uma clara alusão ao entretenimento como o “lazer mercadoria”. Não atividades populares ligadas à alma da população, mas “popularescas”, no sentido de nivelamento “por baixo”, com o único objetivo de “desviar a atenção de”, e esse “de”, quase sempre, pode ser entendido como a triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração, significando alheamento e não, como propõe o educador Rubem Alves (1986), “atração por um outro mundo”. Um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser mais humano.

De outro lado, estão os que defendem a participação do Estado, colocando uma hierarquização de necessidades ou procurando atender às demandas verbalizadas das classes populares e há ainda, os que são adeptos

do entendimento de que as Políticas de Lazer devam ser diretrizes para que o Estado atenda apenas às demandas de uma parcela da população que se encontra alijada do consumo de “bens culturais”.

Entendemos que a cidade deve ser administrada para todos. Ainda que se acredite em uma hierarquia de necessidades, que coloca a “felicidade” lá em baixo, e “enche” de rubor determinado tipo de senhorinhas caridosas que ficam escandalizadas com antenas de TV em favelas ou, “chefes de família” gastando dinheiro com ingressos de futebol aos domingos, se existisse, hierarquia variaria muito de segmento para segmento social e de pessoa para pessoa.

Recentemente os jornais publicaram em manchete *Dinheiro é mais valorizado que tempo livre*⁴. O corpo da notícia, que comentava uma pesquisa do instituto americano Roper Starch Worldwide, feita em 30 países, dava conta que a grande maioria das pessoas prefere o dinheiro. Especificamente quanto ao Brasil, um percentual de 62% prefere dinheiro, enquanto 41%, prefere tempo livre. Discordo da manchete do jornal. Num país com as dificuldades de sobrevivência da população, com forte mentalidade de hierarquização de necessidades, com um preconceito forte pelo ócio etc., o percentual de preferência pelo tempo livre é bastante elevado, uma vez que se refere à pergunta “Se pudesse escolher, você gostaria de ter mais tempo ou mais dinheiro do que tem?”

O lazer é valorizado pela população, ainda que isso não seja verbalizado por uma série de motivos. Tem importância na vida e na qualidade de vida das pessoas. Se perguntar diretamente às pessoas qual a importância do lazer nas suas vidas obter-se-á um sétimo a décimo lugar numa escala de prioridade. Isso se deve à pouca “ressonância social do lazer”, ainda não visto como um direito social, e também à hierarquia de necessidades. Mas, se se for conviver diretamente com as pessoas, ver-se-á a importância do lazer como busca de significado para as suas vidas. Os exemplos estão por aí. É só olhar. Mas as pessoas têm vergonha de reivindicar lazer, porque ele ainda é considerado “coisa de vagabundo”, e só conseguem verbalizar a sua necessidade como justificativa para temas “sérios” – o mais popular agora é a violência, o “tirar as crianças da rua”.

Além disso, muitas pessoas fazem lazer sem saber que o estão fazendo porque, via de regra, o que é chamado de lazer é o que é veiculado pela mídia como lazer.

Muito se fala da péssima qualidade de vida das grandes metrópoles. A mudança na percepção da importância do lazer na vida das pessoas poderia trazer mudanças nesse aspecto, sem dúvidas. Seria uma mudança de

valores. Porém, ela não acontece de *per se*. É preciso que se tenha condições objetivas.

Aliás, as autoridades vêm alardeando que o mapa da violência urbana sugere que as áreas com maior índice de criminalidade são aquelas onde a “juventude não tem ocupação de lazer sadio”. E dizem: “É tão barato construir uma quadra de esportes etc.” Que venham as quadras de esportes e outros equipamentos, com a necessária verba para manutenção e animação. Sim, porque disso não se fala. Saibamos todavia que a violência urbana é algo muito mais profundo e complexo do que “falta de lazer”, pura e simplesmente.

Falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, as quais, na maioria das vezes, acabam por se constituir em eventos isolados e não em política de animação como processo. Significa falar em redução de jornada de trabalho – sem redução de salários – e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc.; significa, também, falar numa política de reordenação do solo urbano, com os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários, para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Resumindo: o lazer tem sua especificidade, inclusive enquanto política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais.

Necessidade de políticas municipais

Tudo o que já dissemos aponta para a necessidade de o poder público municipal estabelecer – em conjunto com os executivos estaduais e federais – políticas setoriais de lazer, valendo-se da ampla discussão com setores representativos da população, convivendo com e valorizando iniciativas espontâneas, privadas e de setores públicos não governamentais. Conviver e valorizar não significam institucionalizar, o que, na maioria das vezes, representa, a assinatura de seus atestados de óbito.

O entendimento amplo de lazer – em termos de conteúdos culturais e da ação de difusão e participação nesses conteúdos – requer a necessidade de interdisciplinaridade, ou pelos menos a pluridisciplinaridade caminhando em busca da interdisciplinaridade, nas equipes que desenvolvem ações no setor, em razão de suas interfaces com o esporte, o turismo, as manifestações artísticas etc.

Assim, é necessário um trabalho integrado intra-secretarias (departamentos, serviços), mas também inter-secretarias, uma vez que o lazer está ligado à educação, à saúde, à habitação, ao transporte, ao serviço social.

Para que o trabalho seja levado a efeito é necessário o funcionamento do que Dumazedier chama de estrutura de animação, de forma piramidal, incluindo no seu vértice animadores de competência geral, profissionais que dominem a área e suas interfaces; o meio dessa estrutura seria formado por animadores profissionais de competência específica, dominando pelo menos um dos seis conteúdos culturais do lazer. Mas, se se quiser que o trabalho a ser desenvolvido respeite o conceito do lazer e conjugue difusão e participação culturais é necessário que além do trabalho profissional sejam preparados/capacitados animadores voluntários. Formariam a base da pirâmide.

Quando se fala nos animadores voluntários, o profissional mal informado, o dirigente mal intencionado pensa ou em concorrência profissional, ou em mão-de-obra gratuita. Não é isso o que entendemos, mas sim colocamos o trabalho voluntário como participação efetiva no planejamento, execução e avaliação dos programas e dos equipamentos de lazer da cidade, garantindo o estabelecimento das ações a partir das aspirações da comunidade.

Mas só isso ainda não basta.

Há a necessidade de enxergar o lazer para além de uma política de atividades, o que remete à questão urbana do uso do solo, construção de equipamentos, reaproveitamento de equipamentos, otimização dos já existentes, e que demanda um trabalho conjunto com as secretarias de obras, de planejamento, de parques e jardins etc.

Envolve, também, discussões sobre a reordenação do tempo na cidade e a necessidade de minimizar as barreiras que contribuem para o “todo inibidor” da prática do lazer, sobretudo as existentes intraclasses sociais, como faixa etária, sexo, estereótipos, violência. No entanto, as existentes interclasses sociais devem ser consideradas, priorizando o atendimento à classe trabalhadora.

E isso vai desde coisas extremamente simples – como o funcionamento dos serviços de lazer, aos fins-de-semana, feriados, à noite, ou seja, quando a clientela tem tempo disponível, e não apenas quando o profissional tem tempo para o atendimento entre um e outro emprego, fazendo bicos – até questões que transcendem o executivo municipal, como jornada de trabalho, uso do solo urbano etc., mas que o executivo municipal pode e deve estar oportunizando: discussões com as Câmaras, Sindicatos, entidades de classe etc.

Quando essas questões são tratadas, e raramente isso ocorre, o são da ótica “funcionalista” a que nos referíamos. Reordenação do tempo restringindo-se à flexibilização de horários não é a única alternativa; redução de jornada com redução de salários (como se fosse possível reduzir ainda mais os salários) ou mesmo plano de redução de jornada de trabalho sem medidas *efetivas* porque é um problema econômico e não de opção, de proibição de horas-extras, tão ou mais violentas no impacto no lazer dos trabalhadores e mesmo no desemprego.

Infelizmente, de modo geral, a importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligada à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público, com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada.

Muito pouco tem sido feito no setor, o que em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido à ausência de parâmetros norteadores da ação. O que se verifica, na maioria das vezes, é uma mistura do preconceito, ainda existente em algumas áreas, com a incompetência, muitas vezes mascaradora de discursos até ditos “transformadores”.

Veja por outra são lançadas campanhas nacionais, algumas inspiradas em movimentos internacionais, como o Mexa-se, O Esporte para Todos, o Programa de Centros Sociais Urbanos etc., de polêmica base e duvidosa eficácia. Todas elas, no entanto, acabam dando frutos, muitos dos quais não previstos e até mesmo contrários à “filosofia” dos programas que os geraram. Felizmente, impera a teoria do “movimento pendular” tão bem explicada por Bárbara Freitag (1987).

É preciso considerar, ainda, que as propostas de trabalho não podem ficar restritas à elaboração de documentos, muitos deles até com boas intenções na fixação de princípios, mas que acabam se transformando em discursos vazios, por não levarem em consideração a realidade dos executivos municipais, no nosso país, a começar pelos quadros para atuação, muitas vezes hostis a qualquer tipo de mudança de orientação das ações desenvolvidas, passando pelas dificuldades do setor se impor, na administração como um todo e esbarrando em questões relativas ao orçamento etc.

É preciso ampliar essa conscientização, o que vem se verificando em algumas cidades de administrações “coincidentemente” populares e progressistas, primeiro entre nós mesmos os profissionais, depois entre os dirigentes do executivo municipal, entre os vários departamentos das

secretarias onde o lazer está locado, entre as várias Secretarias, ao Executivo como um todo e também ao Legislativo, porque como já dissemos a questão do lazer extrapola o âmbito do executivo municipal. É preciso que essa discussão seja levada a sindicatos, ONGs, grêmios de escolas, grêmios de empresas, grupos religiosos, à imprensa etc.

Em um lugar, no entanto, apesar de toda a manipulação ideológica, uma simples reunião de sensibilização, ou o desenvolvimento vivenciado de um projeto em outros moldes, faz com que a questão seja prontamente entendida. Esse lugar é junto à população, nos bairros, próximo aos seus locais de moradia, na comunidade onde vive. Falamos não sobre aquela população que busca o ideal grego de ócio, de lazer, destinado aos cidadãos da sociedade escravocrata, mas sobre a população de hoje, historicamente situada, que trabalha, luta para sobreviver e para participar, porque, como nos lembra Pedro Demo (1993), é na participação que está a qualidade de vida, e eu diria mais, o exercício da cidadania tem que passar pelo exercício da felicidade, do prazer – hoje, para muitos, restrito a muito pouco lazer. É possível, contudo, que a partir dele, da sua vivência, tenhamos a denúncia da realidade injusta e o anúncio de uma nova ordem social possível de construção coletiva, também alegre e prazerosa.

O lugar do lazer – programa de governo

Diante do exposto anteriormente, pode surgir a pergunta: onde o lazer deve ficar? Em que departamento, serviço, assessoria, secretaria? Do meu ponto de vista, no atual estágio em que nos encontramos, isso não tem a menor importância. A experiência tem demonstrado que o status de Secretaria é mais adequado do ponto de vista de estrutura. E aí a vinculação se dá com o esporte, até por um preceito constitucional, como já vimos: Secretaria de Esporte e Lazer. Quando o lazer é vinculado à cultura, o ranço que a palavra carrega tende a valorizar apenas artes e espetáculos e o lazer acaba sendo relegado à quinta categoria. Nesse ponto, o pessoal do esporte e mesmo o do turismo, talvez por sofrer o mesmo preconceito, é mais aberto.

Onde deve ficar o lazer, agora, é o menos importante. Como deve ficar é o “x da questão”. O ponto de vista que defendo é que o lazer seja um programa de governo, não só contemplado nas propostas de campanha, mas integrante do governo mesmo, com as interfaces que requer.

Tratar o lazer como programa de governo requer uma mudança de mentalidade. O seu não isolamento num “feudo”, geralmente das “festinhas”, do “pessoal alegre”, mas ganhos e facilidades de trabalho para cada órgão que compõe o governo, em suas várias temáticas, do transporte à promoção social, passando pela educação e a saúde, incluindo a habitação etc.

Há necessidade de um trabalho integrado em Políticas Setoriais de Lazer, pela transversalidade do tema e, por isso, um programa de governo se justifica a partir da consideração de, pelo menos, quatro eixos:

1. *A partir dos conteúdos culturais* – requer trabalho integrado inter secretarias ou órgãos da chamada área cultural (artes, cultura, esporte, meio ambiente, turismo, patrimônio etc.);
2. *A partir dos valores associados ao lazer* – requer trabalho integrado inter secretarias ou órgãos que extrapolem a questão cultural (Educação, Saúde);
3. *A partir das barreiras para a sua prática* – requer trabalho integrado inter secretarias ou órgãos que também extrapolem a questão cultural (Promoção Social, Transporte, Parques e Jardins);
4. *A partir das circunstâncias que o cercam* – política de reordenação do solo urbano, do tempo (necessidade de relação com o legislativo).

Esse programa de governo deverá ser pautado, num primeiro momento, pela ação numa dupla frente:

- Ampliar a visão restrita do lazer;
- Buscar superar o conformismo, pela crítica e pela criatividade, ou seja, entre outras coisas, continuar com os programas de difusão cultural, mas acrescentar programas de participação e criação culturais.

E deve ser respaldado por uma necessidade imperiosa e urgente:

A quebra da política de hierarquia de necessidades da população, que seja colocada pelas ações e não só pelo discurso.

Os pilares básicos em que uma política de lazer, nesses moldes, precisa se assentar, são, entre outros:

1. Respeito e incentivo às manifestações espontâneas da população, partindo delas, e junto a elas, tendo o devido cuidado para que o respeito não signifique “purismos” ou, para usar uma expressão gramsciana, partir do “húmus” da cultura do povo, “húmus” que é seiva, que alimenta, que faz crescer e florescer, mas que vem da impureza;

2. Trabalho conjunto com grupos organizados (parcerias), buscando sua autonomia e respeitando-a;
3. Trabalho conjunto com a iniciativa privada, sem abrir mão da participação no processo decisório (parcerias atentas, digamos assim);
4. Trabalho conjunto com outros setores públicos (ONGs) e corporativos (Sistema S, clubes) etc.;
5. Trabalhar na perspectiva de regiões metropolitanas- consórcios. É impossível ficar restrito aos âmbitos municipais, inclusive com a série de impactos que políticas de lazer podem trazer para regiões inteiras;
6. Trabalhar com o Estado (plano estadual e federal), o que não significa de forma alguma contribuir para perpetuá-lo ou termos modelos alternativos fixados “a priori” e, menos ainda, acreditar que não seja possível a construção de novos modelos, inclusive com a nossa ação no plano cultural.

Quando a ação extrapolar os municípios e a política for de um estado, é ainda mais impossível trabalhar-se unicamente com projetos de atividades, a menos que com objetivos bem definidos em termos de processo e respeitando as características de cada região. Recomenda-se aí a montagem de “redes”, por regiões ou por municípios, ainda que no início possam parecer precárias, mas contribuindo para um trabalho de construção coletiva, de levantamento de lideranças, formais e não-formais, desenvolvendo encontros em cada região para eleição de representantes, fixando valores e filosofias de trabalho e adotando critérios para uma política de qualificação de demandas. O investimento na formação e desenvolvimento de quadros talvez seja um dos tópicos mais importantes de uma política estadual.

Quer no âmbito municipal, quer no estadual, quando se “herdam” políticas equivocadas, recomenda-se um cuidado muito grande na alteração das mesmas. Isso porque a área ainda carece de força, de tradição, de discussão séria dentro dos programas de governo e uma “má repercussão”, ou uma pouca visibilidade, ainda que parecesse absurdo, poderia gerar a queda de responsáveis por serviços ou mesmo de secretários.

Assim, é recomendável, num primeiro momento, continuar com os projetos de atividades desenvolvidos, inserindo-os dentro de processos, e também da rede, procurando repassá-los aos municípios, no caso dos Estados. Paralelamente, recomenda-se promover a discussão ampla entre os vários setores daqueles projetos mais problemáticos e polêmicos. Iniciar

projetos de lazer de cunho sócio-educativo, mas não abandonar, de imediato e sem discussão que possa implicar uma ressignificação com base em reestruturações, projetos que tenham contornos de “visibilidade”.

Tirar as aspas do “tempo livre”

Mas, falar de transporte, saúde, educação etc., ligados a lazer, não soa estranho para quem dizia há pouco que o lazer se bastava?

E se basta!!!

Contudo, tenho que me reportar, novamente a Lazer e educação, quando me referia a possíveis críticas sobre os aspectos educativos do lazer. E dizia:

Só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, se esse for considerado [...] como um dos canais possíveis de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social. Em outras palavras: só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, ao considerá-lo como um dos campos possíveis de contra-hegemonia. A instrumentalização, mesmo educacional, do tempo disponível das pessoas, onde se busca, ou se deveria buscar, fundamentalmente o prazer, só tem sentido na medida em que possa contribuir para que essas mesmas pessoas tenham mais prazer de viver, sejam menos pressionadas por uma estrutura socioeconômica sufocante, em que uma minoria tem excesso de recursos, de espaço e de tempo, pela exploração da grande maioria, cujo tempo quando não é desocupado, pela incapacidade do modelo econômico imposto gerar trabalho, é livre- entre aspas. Só tem sentido, na medida que contribuir para eliminar essas aspas (Marcellino, 2000, p. 63-4).

Muito além do “funcionalismo”...

Também em *Lazer e educação* (Marcellino, 2000) fazia, pela primeira vez, uma análise, retomada em outras ocasiões, da visão “funcionalista” do lazer e de sua crítica.

Naquela ocasião destacava que

em todas essas abordagens- romântica, moralista, compensatória, ou utilitarista- pode-se depreender uma visão “funcionalista” do lazer, altamente conservadora, que busca a “paz social”, a manutenção da “ordem”, instrumentalizando o lazer como fator

que ajuda [...] a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas socialmente aceitas e moralmente corretas (Marcellino, 2000, p. 25).

Não é preciso muita perspicácia para perceber que é esta a concepção de lazer, muitas vezes oculta, que orienta a formulação de políticas na área, ou a não formulação explícita que, ao final, acaba dando o mesmo resultado. E avultam as políticas de eventos: dia disso, dia daquilo, do desafio, de ações globais, de lazer, de recreação etc.

Na mesma ocasião, em Lazer e educação, chamava a atenção para a contraposição daquela visão de lazer que o concebe como instrumento de dominação, diferentemente da que

o entende como gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer, na vida moderna, significa considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social (Marcellino, 2000, p. 25).

Mas, é preciso que se fale de uma visão crítica “míope”, também, que contribui para a manutenção do “status quo” que tenta criticar, uma vez que leva ao imobilismo. Trata-se de uma visão crítica fechada e cínica, como alguns estudiosos pregam: “Lazer e capitalismo são incompatíveis”, “A felicidade não está nem no trabalho, nem no lazer, no nosso modo de produção” etc. E daí? Vivemos aqui e agora. O que fazer? Esperar a situação ideal para agir? E enquanto ela não ocorre?

A psicanalista Maria Rita Kel (2000), analisando o filme *Cronicamente inviável*, de Sérgio Bianchi, faz uma interessante reflexão sobre o pacto do cinismo da sociedade brasileira contemporânea. O raciocínio caminha pela geração da cumplicidade, devida ao excesso de compreensão. Maria Rita conclui que há uma passagem quase imediata da realidade ao cinismo. Em seguida, e completando seu belo raciocínio, contrapõe o filme de Bianchi à montagem de Marco Antonio Braz de *Bonitinha, mas Ordinária* e, especificamente, à

demonstração genial de Nelson Rodrigues de que o efeito de um discurso crítico fechado sobre si mesmo pode ser a socialização do que ele pretende demolir [...] desautoriza qualquer aposta em outra dimensão que não seja a canalhice (p. 30-1).

Que a análise da realidade e a tomada de conhecimento de sua mísera crueza não nos sirvam de álibis para cinismo e canalhice.

Não que a crítica não deva existir, muito pelo contrário. É por ela que as construções do novo começam. Ou deveriam começar. E não dá para querer que se tenham soluções prontas, acabadas, principalmente em questões macro. Trabalhamos com a cultura, com a super-estrutura, e seria um absurdo irmos “para a luta” com modelos no plano cultural, estabelecidos “*a priori*”. Isso deve ser uma construção coletiva.

O sonho precisa virar Utopia. Mas parece-me que criticidade não deva ser desespero. E muitas vezes as críticas estão levando ao imobilismo, ao invés de mobilizarem.

O lazer abre múltiplas possibilidades. É preciso ações que se contraponham às da indústria cultural, na maioria das vezes exploradora do lazer mercadoria, do entretenimento na sua pior conotação. Uma política setorial de lazer, nos moldes aqui propostos, leva em conta as limitações estruturais, mas crê na especificidade da ação no plano cultural como um dos instrumentos de mudança.

Lazer sim, mas não qualquer lazer. Não o mero entretenimento, não o “lazer-mercadoria”. Cada vez mais precisamos do lazer que leve à convivencialidade, mesmo, por paradoxal que isso possa parecer, sendo fruído individualmente. Convites à convivência significam, do meu ponto de vista, minimizar os riscos da exacerbação dos próprios componentes do jogo, tão bem colocados por Callois (1990) e aqui por mim retomados, em interpretação livre: a competição, que não leve à violência; a vertigem, que não leve ao risco não calculado de vida; a imitação, que não promova o fazer de conta imobilizante da pior fantasia; sorte/azar, que não provoque alheamento. E não se trata de censura, ou coisa que o valha, sobre o que fazer, mas posições, ou proposições, do como fazer.

Política de formação e desenvolvimento de quadros

Um dos pilares de uma política de lazer deve ser a política de formação de quadros para a atuação. E aqui fico ainda com a estrutura de animação proposta por Dumazedier (Callois, 1990), em várias ocasiões e já colocada no início deste texto. De forma piramidal, a estrutura é composta por animadores de competência geral, no vértice; animadores de competência específica, no centro; e animadores voluntários, na base. Os primeiros, no meu entender,

encarregados do gerenciamento, digamos assim, da coordenação de políticas e da supervisão dos planos e projetos. Os de competência específica, planejadores também, mas basicamente executores e avaliadores das ações em cada um dos conteúdos culturais do lazer e suas conseqüências socioculturais. E, finalmente, a base, encarregada da ligação da ação com a cultura vivida, nas comunidades nas quais está inserida.

Vou centrar minhas atenções, no âmbito deste escrito, na formação e desenvolvimento de quadros profissionais para a ação na área. É freqüente a queixa dos responsáveis pelos executivos, nos vários âmbitos, da falta de pessoal qualificado para o desenvolvimento das ações na área, mas é importante destacar o papel dos animadores voluntários nessa “estrutura de animação”.

A colocação desses cargos dentro do esquema funcional é bastante complicada. Geralmente são professores, ou outros funcionários, que os assumem, por não existirem denominações para pessoal “de carreira”. Surgem, então, disputas entre os funcionários “de carreira” e os “indicados”, geralmente vindos “de fora”, mostrando logo de início que não está se procurando “valorizar os da casa” e outras queixas, que na maioria das vezes servem como desculpa para a não adesão a programas com filosofias de trabalho diferentes. O fato é, na verdade que a não existência de cargos definidos, com clara definição de funções e de pessoal preparado para assumi-los nos quadros regulares, é um entrave sério à implantação de políticas, logo no seu início, quando o grau de adesão à filosofia de trabalho, deveria ser bastante elevado.

O divertimento, na perspectiva do “desviar a atenção de”, está cada vez mais corporificado na chamada “indústria do entretenimento”. Nossos cursos, mesmo em universidades consideradas “sérias”, estão cada vez mais preocupados com a gestão, de uma perspectiva de entendimento extremamente pobre, das questões da Administração, que vêm abarcando cada vez mais os esforços de formação profissional em nossa área, de modo geral, ou entendida nos seus conteúdos culturais, como é o caso do Turismo, do Esporte e da Cultura, vista fundamentalmente como Artes e Espetáculos.

Nesses últimos tempos tive ocasião de ver mais de perto, e de um outro ângulo, a atuação dos profissionais de lazer em diferentes espaços de atuação, como hotéis, SPAS, prefeituras municipais, parques temáticos etc.

Poder-se-ia dizer que esta é um crise do trabalho em geral, ou do emprego, se preferirem, mas, quando se fala de prestação de serviços e sobretudo do lazer, os dados de situação, infelizmente, têm que ser pintados com cores mais fortes.

Vejamos a questão da alienação. Ou melhor, da dupla alienação, ou auto-alienação, tão bem explicitada por Mills (1969, p. 243), quando coloca que o trabalhador que vende não apenas a sua força de trabalho, mas também a sua personalidade, vive um duplo processo de alienação. Cada vez mais o profissional de lazer vende sua personalidade. Em muitos casos, deixa de ser profissional para se tornar uma “personalidade profissionalizada”.

A venda da personalidade é tanta que alguns profissionais da área de lazer, chegam a pregar, nas suas próprias organizações de trabalho, talvez inspirados em manuais de auto-ajuda de quinta categoria, que bom-humor é mais importante que competência. O argumento é que bom humor não se aprende e competência se adquire. Como se bom humor fosse algo posição que se coloca no rosto, como os dedos digitam. Enorme confusão. O bom humor, é importante não confundir com bobo-alegrismo, do sorriso e solicitude artificiais estampados nos lábios e nos gestos é fruto de situações geral e profissional adequadas, que torna o trabalho escolhido, quando o é, prazeroso. É do prazer do trabalho que deve nascer o bom humor, e não do bom humor estabelecido “*a priori*”, como mais uma peça do vestuário colocada, que deve nascer o prazer do trabalho.

É preciso considerar que trabalhamos com o público e aí a sisudez torna as coisas muito difíceis. Mas isso não significa ausência de seriedade, competência e compromisso político. E são esses três elementos que tornam o exercício da profissão digno.

Sobre este último aspecto colocado, então, “nem se fala”: compromisso político. Numa época em que tudo é terceirizado como já se disse, “terceiriza-se a cidadania”, pensar em compromisso político com o trabalho, principalmente do profissional de lazer é totalmente fora de moda. Participação⁵, ao contrário do que demonstra Pedro Demo, não é qualidade de vida e, por extensão, de trabalho, e não deve ser conquistada. Participação é coisa para outro tipo de profissional especialista e a qualidade do meu trabalho é “agradar” o cliente.

E no agradar o cliente o riso fácil e o corpo bonito e solícito do profissional de lazer muitas vezes disfarçam a falta de condições de trabalho e de equipamentos não só do seu setor, mas de toda a Organização, seja ela pública ou privada.

Para o gerente do Acampamento, do Hotel, do SPA, ou de qualquer outro local, e muitas vezes para os próprios executivos municipais, as equipes de lazer têm, via de regra, a função de “tampar o sol com a peneira”. Disfarçar com sua amabilidade e empatia, muitas vezes forçada, as deficiências de serviço. Isso, via de regra, ocorre também com o profissional

do lazer, para suprir a sua falta de preparação profissional. Por exemplo, ao invés de organizar uma festa adequadamente, com as estratégias inclusive de participação, quando é o caso, passa a “animar” (no sentido pejorativo) o evento, procurando mascarar sua falta de qualidade.

Cada vez mais o profissional vem sendo requerido por uma habilidade, muitas vezes já desenvolvida, antes de sua formação profissional.

A busca de alternativas

O profissional de lazer precisa ser respeitado, reclamar a sua dignidade profissional, sendo chamado para opinar em equipes de planejamento, em projetos de equipamentos, de atividades e até onde aparentemente extrapolem sua área de intervenção, como em projetos de transporte urbano, por exemplo.

Isso, entretanto, requer que ele mesmo se respeite, estude, se aprofunde, percebendo a interseção de suas áreas com as demais e não reforçando os estereótipos do sujeito simpático, bom camarada, que sabe “agitar” pura e simplesmente.

Enfim, se quisermos entender o lazer como questão contemporânea, em toda a grandeza dessa problemática, já está na hora, ou melhor, já passou há muito tempo da hora, dos executivos municipais deixarem de contar com o trabalho muitas vezes gracioso e solícito de profissionais mal remunerados e mal formados, repetindo pacotes de atividades de duvidoso gosto, e ainda assim de forma bastante esporádica, em bairros da cidade; ou de formarem equipes, cuja principal característica é o sorriso forçado nos lábios, promotoras de atividades que não são mais do que pacotes de “festinhas” para passar o tempo ou entreter o povo antes das autoridades chegarem para inaugurações de obras.

Às vezes, quando a qualidade de trabalho se verifica com relação ao lazer, no poder público, em administrações populares e progressistas, isso é feito com verba ínfima, quadro de pessoal reduzido e com grande dose de sacrifício individual da vida particular dos técnicos envolvidos, que confundem militância política com atuação profissional e que vivem o dilema de pregarem qualidade de vida para as pessoas sacrificando a sua própria qualidade de vida por falta de estruturas adequadas, que suavizariam em muito o trabalho desenvolvido.

Já está na hora de os discursos de campanha de um lazer emancipador serem acompanhados de verbas e infra-estrutura e de atuação profissional, compromissada politicamente sim, mas com competência e

“profissionalismo”. E já está na hora do setor privado perceber que é com competência que se faz “lucro”, que se atende bem ao cliente, e não “dourando a pilula”, com o comportamento estereotipado de “bobos da corte”.

É preciso considerar ainda que, quando se quiser que o trabalho a ser desenvolvido respeite o conceito do lazer e conjugue difusão e participação culturais, se tornará necessário que além do trabalho profissional sejam preparados/capacitados animadores voluntários. Quando se fala neles, o profissional mal informado, o dirigente mal intencionado pensa ou em concorrência profissional, ou em mão-de-obra gratuita. Não é isso o que entendemos, mas sim colocamos o trabalho voluntário como participação efetiva no planejamento, execução e avaliação dos programas e dos equipamentos de lazer da cidade, garantindo o estabelecimento das ações a partir das aspirações da comunidade.

Os executivos municipais que estão diretamente ligados à questão precisam de um esforço constante de formação e desenvolvimento de capacitação de quadros.

Mas isso ainda não basta.

É preciso que nossas faculdades que mais se encontram na “ponta” na pesquisa dos estudos do lazer dêem atenção, pelo menos, a treze itens, que passo a elencar:

1. Dêem a atenção devida aos cursos de graduação;
2. Enfatizem a pesquisa na área;
3. Atuem com projetos de extensão não extensionista (Saviani, 1995), funcionando como verdadeiros laboratórios de pesquisa “quase experimental” (Bruyne et al., 1977);
4. Estimulem o intercâmbio com as outras universidades e faculdades, que anualmente jogam no mercado um número de profissionais muito grande;
5. Promovam o intercâmbio com empresas e poder público governamental e não governamental e setores corporativos (clubes-sistema etc.), procurando saber suas expectativas de profissional, trabalhando com, mas não ficando restritas a elas, e mostrando como vem se organizando a formação profissional;
6. Não tenham pudores, na quase totalidade preconceituosos, de locais de trabalho. É possível desenvolver uma ação profissional competente e conseqüente em qualquer âmbito de trabalho. Um dos meus projetos editoriais trata exatamente sobre os múltiplos olhares que podem ser lançados sobre uma relação vista com extrema reserva por alguns setores da área: Lazer e Empresa (Marcellino, 1999);

7. Não forneçam, como se diz no jargão, “receitas” de atividades, mas propiciem a formação de um repertório de atividades, vivenciadas e refletidas, que possa servir de base para o início das atividades profissionais, com constante aprimoramento. É um elemento neutralizador aos profissionais que só leram “Manuais de atividades” ou, o que é pior, compilações desses Manuais;
8. Equilibrem, na formação dos profissionais, pelo menos quatro eixos complementares: Teoria do Lazer, Relatos de experiência refletidas de profissionais, Vivências dos conteúdos culturais e Políticas e diretrizes gerais no campo. Isso permitirá que se estude a especificidade do lazer, sua “disciplinaridade”;
9. Mostrem, repetidamente, que o lúdico e o prazer podem se manifestar em outros tempos, fora do lazer, mesmo na nossa sociedade. Isso significa entender o lazer como ‘especificidade concreta’ e, na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo das manifestações do brinquedo, do jogo, da festa, da recreação, para além do próprio lazer (Marcellino, 2000, p. 35), o que poderá estimular a participação em equipes que busquem a interdisciplinaridade, sem a qual a questão do lazer fica muito empobrecida;
10. Dêem condições do “alicerçamento” de uma sólida cultura geral, necessária para o trabalho interdisciplinar em todas as áreas, e de modo específico no lazer, aliado ao exercício constante de reflexão (Marcelino, 1995, p. 21);
11. Privilegiem em seus currículos a formação geral, voltada para a especificidade da área, e não a específica descontextualizada;
12. Não estabeleçam o “perfil do profissional” a ser formado, “*a priori*”. Esse “perfil” deve ser construído ao longo do curso, principalmente em uma fase de aceleradíssimas transformações, em que o que é atual no início de um curso, por exemplo, em termos de habilidades específicas, pode-se tornar obsoleto rapidamente. É preciso que se prepare o aluno para o desenvolvimento de quadros. É preciso atualizar, ou mesmo formar, quem já trabalha na área e é preciso também formar os “voluntários”⁶;
13. Incutam nos alunos a necessidade de desenvolvimento profissional constante para que, como já foi dito anteriormente, não se tornem presas fáceis de discursos de manuais de “auto-ajuda” de baixa categoria, em situações adversas do mercado de trabalho, vendendo a “alma” e o “corpo”.

É importante, também, que estudantes e profissionais juntem-se às sociedades científicas buscando atualização, intercâmbio de experiências, discussão política sobre o trabalho; procurando resgatar esse espaço que, muitas vezes, por uma série de motivos, não é possível em seus ambientes de trabalho. Listas de discussão via Internet também são muito bem vindas nesse sentido.

E o poder público, nos vários âmbitos de atuação, não pode se omitir desse processo. Muito pelo contrário, deve ser atuante e parceiro.

Concluindo

A não fixação e implementação de políticas de lazer sérias significa a ausência de contraponto aos desmandos do lazer mercador colocado no “mercado” pela esmagadora maioria da indústria cultural. Serviços públicos culturais são elementos de hegemonia, como dizia Gramsci⁷, e uma política de lazer deve ser uma política para todos, e da melhor qualidade. O que é público não é gratuito, como nos querem fazer acreditar e, mesmo que fosse gratuito, não justificaria a baixa qualidade dos serviços.

Profissionais de lazer devem ser educadores, no sentido amplo da palavra, e não mercadores, como habitualmente vem ocorrendo.

Não é possível ignorar a necessidade de políticas de lazer, apesar dos discursos “cínicos”, e não é possível tê-las apenas para fazer constar ou, o que é pior ainda, como o “circo”, quando o pão é escasso.

Notas

1. Originalmente publicado em Marcellino, N. C. *Lazer & Esporte: políticas públicas*. 2. Ed., Campinas: Autores Associados, 2001 (esgotado).
2. Vide artigo: Marcellino, N. C. e GPL. *Lazer e trabalho, no cotidiano da sociedade pós industrial*, a partir da obra de Domenico de Masi publicada no Brasil. *Licere*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 1-37, dez, 2004.
3. O assunto é muito bem analisado na opinião de Raul Cortez, em *Muito Além das Cifras*, publicado na Folha de São Paulo, Terça feira, 06 de junho 2000, A 3.
4. Folha de São Paulo, Quarta-feira, 07 de junho de 2000, A 14. Reportagem de Rogério Wassermann
5. Para Demo (1991; 1994), qualidade de vida é participação.
6. O trabalho voluntário é previsto na Lei n.9608, de 18.2.98, no Diário Oficial da União, de 19.2.98
7. Os intelectuais e a organização da cultura, *Concepção dialética da história*, 1981.

Referências

- ALVES, R. *A gestão do futuro*. Campinas: Papyrus, 1986
- BRUYNE, P.; NERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M.. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CALLOIS, R. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1990.
- DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. 3. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- _____. *Pobreza política*, 4. ed., São Paulo: Autores Associados, 1994.
- _____. *Participação é conquista*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- DUMAZEDIER, J. *Questionamento teórico do lazer*. Porto Alegre: CELAR, s/d.
- FREITAG, B. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KEL, M. R., O pacto do cinismo. *Folha de São Paulo*, Domingo, 04 de junho de 2000. Mais, 30 e 31.
- MARCELLINO (Org.). *Lazer e empresa: múltiplos olhares*. Campinas: Papyrus, 1999.
- _____. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. *Lazer e Educação*, 6. ed., Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3. ed., Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARCELLINO, N.C. e GPL. Lazer e trabalho, no cotidiano da sociedade pós industrial, a partir da obra de Domenico de Masi publicada no Brasil. *Licere*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p.1-37, dez, 2004.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média-white collar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- SAVIANI, Demerval. *Ensino público e algumas falas sobre Universidade*. 2. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995.